



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA
Edital nº 07/2026 – Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

ANEXO 1

**ORIENTAÇÕES PARA O ENVIO CORRETO DA
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (CTPS)**

1) Baixar e instalar o aplicativo (App): Carteira de Trabalho Digital. 	2) Ao acessar o App, ele vai solicitar que você faça login com sua conta gov.br 
3) Faça login com seu CPF e SENHA 	4) Na página inicial, você deverá “Enviar Carteira de Trabalho” 
5) Selecione a caixinha: “Todos os dados da carteira” ← Enviar Carteira de Trabalho 	6) Depois clique no ícone “PDF” no canto inferior direito da página 



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA
Edital nº 07/2026 – Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

- 7) Após clicar no ícone do PDF, abrirá na tela um PDF com a sua CTPS Digital

 Carteira de Trabalho Digital

Dados Pessoais
Nome Completo: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CPF: xxx.xxx.xx-xx
Data de Nascimento: xx/xx/xxxx
Sexo: f/m
Nacionalidade: Brasileira
Nome da Mãe: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Contratos de Trabalho
● 02/05/2015 - 13/04/2020
MARCOS ANTONIO GOMES & CIA LTDA
CNPJ: 10.284.253/0001-95
Ocupação: 513209 - COZINHEIRO GERAL
Remuneração Inicial: R\$ 951,00
Última Remuneração Informada: R\$ 951,83 (04/2020)
Anotações
02/05/2015 - Admissão
01/08/2018 - Ocupação alterada para null
01/04/2020 - Ocupação alterada para COZINHEIRO GERAL
13/04/2020 - Rescisão Contratual
● 02/10/2015 - 31/10/2015
LLINEA SERVICOS E ALIMENTACAO LTDA.
CNPJ: 16.436.783/0001-90
Ocupação: 513205 - COZINHEIRO GERAL
Remuneração Inicial: R\$ 1.420,06
Última Remuneração Informada: R\$ 1.420,06 (10/2015)
Anotações
02/10/2015 - Admissão
31/10/2015 - Rescisão Contratual

Documento assinado digitalmente pela Dataprev em 02/07/2026.
Este documento contém o código acompanhado de um documento de identificação oficial.

Página 1

- 8) Neste ponto, você ainda terá duas opções:

8.1. **SALVAR** - você pode salvar no seu celular e, posteriormente inserir no SUAP;

8.2. **ENVIAR** - você poderá enviar sua CTPS Digital para outro local, a exemplo de e-mail, whatsapp, etc.

Por fim, cabe salientar que, no final do PDF gerado (ou seja, da sua CTPS Digital), na nota de rodapé há a seguinte informação:

“Documento assinado digitalmente pela Dataprev em xx/xx/xxxx”. Esta data informada no documento deve estar atualizada, de acordo com os meses do Edital em questão.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA
Edital nº 07/2026 – Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

ANEXO 2

MODELO DO EXTRATO DO BENEFÍCIO DO INSS



PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Histórico de Créditos

Página 2 de 3
28/01/2021 13:21:23

Identificação do Filiado

NIT:	CPF:	Data de Nascimento: 29/01/1949
Nome:		
Nome da mãe:		
Compet. Inicial: 08/2020	Compet. Final: 01/2021	

303	ABATIMENTO A BENEFICIÁRIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 1.045,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 0,49
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 52,25

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
10/2020	01/10/2020 a 31/10/2020	R\$ 1.045,00		Pago	06/11/2020	06/11/2020	Não	Não

Banco: **OP:** **Ocorrência:** Pagamento efetivado

Data Cálculo: 10/10/2020 **Origem:** Maciça **Validade Início:** 06/11/2020 **Fim:** 30/12/2020

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERÍODO	R\$ 1.045,00
303	ABATIMENTO A BENEFICIÁRIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 1.045,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 0,49
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 52,25



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA
Edital nº 07/2026 – Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

ANEXO 3

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO CONJUGAL DO RESPONSÁVEL FAMILIAR

Eu _____, inscrito/a
no CPF sob o nº _____, residente na Rua/Av.
_____, nº _____, bairro
_____, município de _____/_____; **DECLARO** para
os devidos fins de direito que minha situação conjugal é:

- ☐ Casado/a
☐ União Estável (morando junto com companheiro/a)
☐ Solteiro/a;
☐ Divorciado/a;
☐ Viúvo/a
☐ Outro:

Estou ciente que as informações prestadas neste documento são de minha inteira
responsabilidade, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro*.

_____, _____ de _____ de _____.
Cidade dia mês ano

Assinatura do declarante (responsável maior de 18 anos)

**O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA
Edital nº 07/2026 – Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

ANEXO 4

**DECLARAÇÃO NEGATIVA DE CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
(CTPS)**

Eu _____, inscrito/a
no CPF sob o nº _____, residente na Rua/Av.
_____, nº _____, bairro
_____, município de _____/_____; **DECLARO** para
os devidos fins de direito que não possuo Carteira de Trabalho e Previdência Social
(CTPS). Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas
neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro*.

_____, _____ de _____ de _____.
Cidade *dia* *mês* *ano*

Assinatura do declarante (responsável maior de 18 anos)

**O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA
Edital nº 07/2026 – Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

ANEXO 5

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)

Eu _____, inscrito/a
no CPF sob o nº _____, residente na Rua/Av.
_____, nº _____, bairro
_____, município de _____/_____ DECLARO ser
isento(a) da apresentação da Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF)
nos exercícios de 2024 e 2025, por não incorrer em nenhuma das hipóteses de
obrigatoriedade estabelecidas pelas instruções normativas (IN) da Receita Federal do
Brasil (RFB).

Esta declaração está em conformidade com a IN RFB Nº 1548/2015 e com a Lei Nº
7.115/83.

Declaro ainda, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações acima
prestadas.

_____, _____ de _____ de _____.
Cidade dia mês ano

Assinatura do declarante (responsável maior de 18 anos)

**O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA
Edital nº 07/2026 – Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

ANEXO 6

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE TRABALHO/ EMPREGO (OU SITUAÇÃO DE DESEMPREGO)

Eu _____, inscrito/a no CPF sob o nº _____, residente na(o) endereço _____, **DECLARO** para os devidos fins que minha situação atual de trabalho/ emprego é a seguinte (marque apenas 1 opção de acordo com a sua situação):

() **Trabalho autônomo**, com renda **mensal** no valor de R\$ _____, trabalhando com/como _____ (informe qual atividade desenvolve): _____;

() **Trabalho como profissional liberal**, com renda **mensal** no valor de R\$ _____, trabalhando com/como _____ (informe qual atividade desenvolve): _____;

() **Trabalho informal (bicos)**, com renda **mensal** no valor de R\$ _____, trabalhando com/como _____ (informe qual atividade desenvolve): _____;

() **Agricultura/trabalho rural/pesca artesanal**, com renda **mensal** no valor de R\$ _____, trabalhando com/como _____ (informe qual atividade desenvolve): _____;

() **Agricultura de subsistência/pesca de subsistência**, SEM RENDIMENTO proveniente dessa atividade, e o meu sustento provém de (informe): _____;

() **Estou desempregado(a)**, não desempenho nenhuma atividade remunerada no momento, e o meu sustento provém de (informe): _____.

Estou ciente de que as informações prestadas neste documento são de minha inteira responsabilidade, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro.

_____, _____ de _____ de _____.
Cidade dia mês ano

Assinatura do declarante (responsável maior de 18 anos)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA
Edital nº 07/2026 – Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

ANEXO 7

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA*

Eu _____, inscrito/a
no CPF sob o nº _____, residente na Rua/Av.
_____, nº _____, bairro
_____, município de _____/_____; **DECLARO** para
os devidos fins que recebo de
_____ (nome
completo da pessoa que paga a pensão) a quantia de R\$ _____ a título de
pensão alimentícia em favor de
_____ (nome
do(a) filho(a) ou dependente). Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as
informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no
Código Penal Brasileiro.**

_____, _____ de _____ de _____.
Cidade dia mês ano

Assinatura do declarante (responsável maior de 18 anos)

**O recebimento de pensão alimentícia pode ser tanto aquele determinado pela justiça no momento do divórcio dos genitores, quanto aquele pago informalmente a título de contribuição financeira para a subsistência do/ a filho/a.*

***O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA
Edital nº 07/2026 – Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

ANEXO 8

DECLARAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE AJUDA FINANCEIRA

Eu _____ (quem presta o auxílio financeiro), inscrito/a no CPF sob o nº _____, residente na Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, município de _____/_____;
DECLARO para os devidos fins de direito que ajudo financeiramente o/a Sr/a. _____ com o valor mensal aproximado de R\$_____.

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro*.

_____, _____ de _____ de _____.
Cidade dia mês ano

Assinatura do declarante
(aquele que ajuda financeiramente)

*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA
Edital nº 07/2026 – Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

ANEXO 9

DECLARAÇÃO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA DESLOCAMENTO ATÉ O CAMPUS

Eu _____, inscrito/a
no CPF sob o nº _____, residente na Rua/Av.
_____, nº _____, bairro
_____, município de _____/_____; **DECLARO** para
os devidos fins de direito que o (a) estudante
_____ utiliza o(s)
seguinte(s) meio(s) de transporte para se deslocar para o IFPB- Campus Catolé do
Rocha:

Pode ser marcada mais de uma opção:

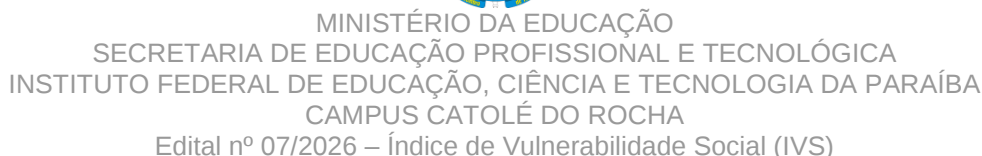
- () transporte pago (ônibus, táxi, moto-táxi, veículos de transporte por aplicativos, transporte escolar, etc.), com custo médio mensal de R\$ _____.
- () transporte próprio (carro, moto ou similares).
- () A pé ou de bicicleta.
- () transporte gratuito.

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro*.

_____, _____ de _____ de _____.
Cidade dia mês ano

Assinatura do declarante (responsável maior de 18 anos)

*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.



DECLARAÇÃO DE IMÓVEL CEDIDO

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro*.

Assinatura do declarante (proprietário do imóvel)

*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA
Edital nº 07/2026 – Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

ANEXO 12

DECLARAÇÃO DE IMÓVEL ALUGADO

Eu _____ (Locador),
inscrito/a no CPF _____, residente na Rua/Av. _____,
nº _____, bairro _____,
município/UF _____/_____; declaro para todos os
fins de direito e sob as penas da Lei, que **ALUGO ATUALMENTE** o imóvel situado na
Rua/Av: _____ nº: _____
bairro: _____ município/UF: _____/____ para o(a)
Sr.(a) _____ (Locatário), RG
_____ e CPF _____, desde ____ / ____ /
_____ até os dias atuais, pelo valor mensal de R\$ _____.

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro*.

_____, _____ de _____ de _____.
Cidade dia mês ano

Assinatura do declarante (Locador do imóvel) (proprietário do imóvel)

**O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA
Edital nº 07/2026 – Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

ANEXO 13

DECLARAÇÃO DE GRAU DE ESCOLARIDADE DO RESPONSÁVEL FAMILIAR

Eu _____, inscrito/a
no CPF sob o nº _____._____._____ - _____, responsável pela família do(a)
estudante _____, residente na Rua/Av.
_____, nº _____, bairro _____,
município de _____/_____; **DECLARO** para os devidos fins de direito
que meu grau de escolaridade é:

- ☐ Não alfabetizado
☐ Ensino Fundamental incompleto
☐ Ensino Fundamental completo
☐ Ensino Médio incompleto
☐ Ensino Médio completo
☐ Ensino Superior incompleto/cursando
☐ Ensino Superior completo/ Graduação concluída
☐ Pós-graduação

_____, _____ de _____ de _____.
Cidade dia mês ano

Assinatura do declarante (responsável maior de 18 anos)

**O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA
Edital nº 07/2026 – Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

ANEXO 14

**DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
(PARA ESTUDANTE QUILOMBOLA, INDÍGENA E DE COMUNIDADES
TRADICIONAIS)**

A liderança comunitária abaixo identificada, DECLARA, para os devidos fins de direito que o(a) estudante _____, cadastrado(a) no CPF sob o número _____, é pertencente ao povo ou comunidade tradicional _____ (nome do povo ou comunidade tradicional*), localizada no município _____, UF _____.

Por ser expressão da verdade, firmo e dato a presente declaração**.

Local e data (Informar a Cidade, a UF e o dia, mês e ano da emissão)

Nome completo da liderança: _____

CPF: _____ RG: _____

Assinatura: _____

*Povos e Comunidades Tradicionais reconhecidos nacionalmente são: andirobeiros; apanhadores de flores sempre vivas; caatingueiros; caiçaras; catadores de mangaba; cipozeiros; povos ciganos; comunidades de fundo e fecho de pasto; extrativistas; extrativistas costeiros e marinhos; faxinalenses; geraizeiros; ilhéus; morroquianos; pantaneiros; pescadores artesanais; povo pomerano; povos indígenas; benzedeiros; comunidades quilombolas; povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana; quebradeiras de coco babaçu; raizeiros; retireiros do Araguaia; ribeirinhos; vazanteiros; veredeiros; caboclos; juventude de povos e comunidades tradicionais. (Conforme Decreto nº 8.750/2016, atualizado pelo Decreto nº 11.481/2023).

**O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA
Edital nº 07/2026 – Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

ANEXO 15
DECLARAÇÃO DE ESTUDANTE ESTRANGEIRO(A) E/OU REFUGIADO(A)

Eu, _____, nascido(a)
na cidade _____, no País _____, portador(a) do passaporte nº
_____ residente e domiciliado(a) em
_____, declaro para os devidos fins que
me encontro em:

1. Situação de Refugiado/Estrangeiro:

☐ Sou um refugiado reconhecido, conforme a Lei nº 9.474/1997.

☐ Sou um estrangeiro que se encontra no Brasil sob o regime de proteção temporária conforme a Lei nº 13.445/2017.

2. Motivo da Situação:

☐ Encontro-me no Brasil sob um visto de estudante, conforme regulamentações da Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017).

☐ Fui forçado a deixar meu país de origem devido a perseguições políticas, conflitos armados, violação dos direitos humanos, ou outras circunstâncias que afetam minha segurança e integridade.

☐ Encontro-me no Brasil por motivos de proteção temporária devido a (especificar a razão, como uma crise humanitária ou situações emergenciais) _____.

☐ Outras: _____.

3. Situação Atual:

☐ Atualmente, resido em _____, e estou sob o processo de regularização perante as autoridades competentes do Brasil.

☐ Possuo os documentos necessários para comprovar minha condição de refugiado/estrangeiro.

☐ Outras: _____.

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro*.

_____, de _____ de _____
Cidade dia mês ano

Assinatura do declarante (responsável maior de 18 anos)

**O modelo de declaração para estrangeiros e refugiados está de acordo com as leis e regulamentações brasileiras, como a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) e o Estatuto do Refugiado (Lei nº 9.474/1997).*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA
Edital nº 07/2026 – Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

ANEXO 16

**DECLARAÇÃO DE ESTUDANTE ORIUNDO(A) DE ENTIDADE OU ABRIGO DE
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NÃO ADOTADO(A) EM IDADE DE SAÍDA**

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, declaro para os devidos fins que fui acolhido(a) em _____ (Nome da Entidade/Abrigo) localizada em _____/_____, onde permaneci sob cuidados institucionais e não fui adotado(a) em idade de saída.

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro*.

_____, _____ de _____ de _____.
Cidade dia mês ano

Assinatura do declarante